

2 Horizontes e espelhos

O capítulo que se segue é dividido em duas partes. Na primeira, apresentarei uma discussão sobre o surgimento da disciplina história da literatura no horizonte dos estudos acadêmicos. Minha intenção é oferecer subsídios para que se perceba o seu percurso como prática institucionalizada e para que as questões que envolvem a sua configuração sejam abordadas. Durante esta exposição, abordarei também, de forma ilustrativa, o que significou falar em história, pois é na relação entre o que os historiadores reconheceram como fazer historiográfico que se percebem as razões de se pensar estas duas atividades – a história da literatura e a história – como ações que se encontram e se afastam. Surge deste debate, posteriormente a percepção de uma série de questões que orientam os estudiosos das áreas a pensar os fundamentos de suas ações. Focalizo, então, na segunda parte deste capítulo, estas questões.

2.1 Horizontes: a história, a historiografia e a história da literatura

A história da literatura como uma disciplina autônoma começa a se destacar a partir da publicação de *Idéias para a Filosofia da História da Humanidade*, de Johann Gottfried Herder¹. Colocada ao lado dos grandes discursos da época, a disciplina se ocupou da descrição do espírito cultural de

¹ Johann Gottfried von Herder (25/8/1744 – 18/12/1803), poeta alemão, crítico literário, teólogo e filósofo, é reconhecido por sua influência sobre autores como Goethe. Teve um papel importante no desenvolvimento do romantismo alemão.

um país ao reunir a produção artística da nação, formular preceitos e orientações para essa produção, além de construir um quadro político-cultural de uma nação.

Segundo Acízelo (2003, p.142-43), a história da literatura como uma atividade acadêmica específica ganha destaque no século XIX. Este destaque pode ser entendido a partir de quatro motivos distintos, embora reciprocamente solidários. O primeiro foi a expansão do capitalismo liberal burguês e o acirramento das contradições sociais que surgiram com o desenvolvimento das práticas capitalistas. Essa expansão foi acompanhada por uma reflexão crítica sobre a sociedade e sobre o papel assumido pela burguesia que controlava a produção historiográfica como um meio para fundamentar o seu projeto de classe. Isso aponta para a importância deste grupo que, ao final do século XVIII, abandona, num movimento interacional, a esfera privada, e faz surgir novas formas de interação social. Um exemplo seriam as *coffee houses*, as bibliotecas, as editoras, que naquela época sinalizavam o início do processo de construção do modelo capitalista ao começar a substituição do mecenato pela mercantilização. Isso se nota, por exemplo, no nascente mercado livreiro que começa a desenvolver estratégias de venda mais intensas para um público letrado crescente e insere a literatura num campo entre qualidade estética e interesse comercial. O sistema jurídico também indica esta nova postura, pois começa a reconhecer os direitos autorais do escritor e define o desvio, a originalidade, a inovação e a diferença como pré-requisito jurídico e princípios constitutivos da produção literária (Koeve, 1997, p. 2). A esse respeito, Niklas Luhmann (1985) sugere que, naquela época, um processo de mudança de uma Europa socialmente estratificada por castas em direção a uma ordem social caracterizada por sistemas funcionais autônomos seja intensificado. A sociedade europeia pré-moderna, segundo o autor, se afastava de uma estrutura estratificada e formada por classes que determinaram, de forma limitadora, as

possibilidades de participação social do indivíduo nesta sociedade. A origem familiar e social deixa de ser o único referencial identitário e passa a ser substituída pelo conceito de formação (*Bildung*): a integração social ocorre através da carreira individual derivada do engajamento em organizações funcionais como escolas, universidades ou empresas. A camada social não serve mais como forma primária de estruturação da sociedade, muito embora ainda possa gerar condicionamentos desfavoráveis relevantes. A sociedade diferenciada funcionalmente organiza-se em áreas como ciência, economia, política, religião, direito, educação, arte etc., onde cada um desses sistemas exerce uma função específica e exclusiva e exige uma participação temporária e parcial do indivíduo. Além disso, na segunda metade do século XVIII, os interesses reflexivos destas áreas começam a se direcionar para seus próprios fundamentos. Assim, por exemplo, o pensamento jurídico passa a se preocupar de forma mais efetiva com a justificativa do direito positivo, os estudos literários com a literariedade, a pedagogia com os processos que possibilitem aprender a aprender. Com isso, a autonomia auto-referencial tomou “definitivamente o lugar ocupado anteriormente pela interpretação religiosa do mundo” (Luhmann, 1985, p.610). O segundo motivo está relacionado ao desenvolvimento de filosofias da história, a partir do fim do século XVIII. A compreensão da história que surgiu neste século e que se tornou dominante por um longo período era baseada em várias premissas. Uma era a noção que havia uma história, *die Geschichte*, que permitia uma narrativa objetiva dos grandes fatos da humanidade. Leopold Von Ranke (1795-1886) é considerado como o grande nome desta maneira de pensar a história². Sua contribuição para a área foi decisiva e moldou a produção

² Leopold von Ranke (1795-1886) foi um dos mais influentes historiadores alemães. Geralmente reconhecido como o fundador da escola histórica objetiva moderna, ele ambicionava reconstruir o passado forma como ele teria sido vivido no intuito de evitar injetar na história o espírito do presente, assim como qualquer traço interpretativista. Esta postura cientificista é conhecida como historicismo. Ranke foi professor da universidade de Berlin entre 1825 e 1871, onde formou uma grande leva de

historiográfica até o século seguinte. Ranke introduziu várias questões importantes em relação ao estudo da história, como, por exemplo, a confiança nas fontes primárias do fato histórico e o compromisso do historiador de formar um juízo imparcial e objetivo da história e, conseqüentemente, narrá-la de acordo com sua frase mais citada, *wie es eigentlich gewesen ist* (como ela realmente é). Outra idéia central do pensamento rankeano era a preponderância de certas instituições, entre elas, o estado-nação e sua dimensão política, que ocupavam o papel de destaque na narrativa histórica. O terceiro motivo, que segundo Acízelo (2003) seria de cunho filosófico-epistemológico, foi a consolidação de um modelo paradigmático de cunho físico-matemático em todos os domínios do conhecimento. Deste modelo se originou a “voga de correntes filosóficas científicas” (Acizelo, 2003 p.144), assim como o positivismo, o evolucionismo, e o determinismo, por exemplo, e também a “receptividade das então nascentes ciências humanas a conceitos originários das ciências da natureza” (Acizelo, 2003 p.145). Neste último caso, ganha destaque especialmente o conceito de evolução que se torna central na biologia darwiniana, para depois instrumentalizar esforços de se compreender a ordem social como organismo em contínuo progresso numa sucessão de eventos no tempo, isto é, da história, segundo seu entendimento oitocentista. O quarto motivo, de natureza estético-filosófica, foi a concepção de passado instituída pelo romantismo: na compreensão romântica os tempos passados são admirados na sua integridade e são entendidos como épocas válidas por si mesmas que funcionam como estágios na evolução das sociedades, isto é, como momentos da história, assim concebida como o próprio elemento em que a

historiógrafos que disseminaram suas idéias. Aquilo que a maioria dos textos da historiografia identifica como paradigma tradicional dos estudos historiográficos deriva da profusão de seguidores (originados tanto das suas aulas ou através quanto da repercussão de seus trabalhos) que levaram seus postulados a extremos, a ponto de se poder sugerir, como faz Burke (1992, p.10) que “assim como Marx não era marxista, Ranke não era rankeano”.

humanidade progressivamente se constitui, diferente das posturas do renascimento e do iluminismo, para as quais o passado ou é desconsiderado, como época de selvageria e superstições, ou era considerado como lugar e espaço de realizações artísticas e filosóficas erigidas em perfeições intemporais, assim como, por exemplo, a antigüidade greco-latina. A história neste contexto torna-se paradigma para outras áreas do conhecimento e funciona no século XIX como um modelo fundamental e basilar para desenvolver estudos em outras áreas do conhecimento, assim como foi a matemática na Grécia antiga, a teologia na idade média, e a lingüística mais recentemente. Transformada em ponto de vista epistemológico, o modelo historiográfico sustenta a reformulação de certos caminhos no campo dos estudos humanos. A literatura não é uma exceção e como tal, elege as origens e os processos de transformação dos fatos literários como sua linha mestra de ação e procura estabelecer parâmetros determináveis para se entender o fato literário. Tais parâmetros oscilaram desde o início do século XX entre fundamentos da natureza da linguagem literária em um momento, e entre os meandros da subjetividade e da biografia dos autores em outro. Isso coincide com a própria tentativa das ciências sociais de estabelecer métodos e abordagens de aproximação de seus objetos de estudo oriundos dos discursos de outras áreas do saber, em especial as ciências modernas do fim do século XIX.

No trecho acima, sinalizei ser a construção de uma esfera pública burguesa um dos fatores cruciais para o desenvolvimento da história no século XIX. A natureza deste projeto pressupunha a idéia de criação e consolidação de estados nacionais e da figura da nação com bússola da organização e da identidade dos grupos sociais. O discurso da história, então, direciona a sua atenção para motivações nacionalistas e constrói uma forte aliança com os estudos da cultura, das artes e da literatura em prol deste objetivo. Esta aliança

se constitui como forte motivação para o surgimento da disciplina História da Literatura. A configuração de seu objeto de estudo, portanto, parte da premissa central do projeto romântico, numa explicação concisa, de que as esferas nacionais se constituem de peculiaridades geográficas e culturais e de que a produção literária de uma nação é especialmente contaminada de tais peculiaridades ao ponto de refletir o espírito nacional (Acízelo, 2003, p.147). A história da literatura, então, é pensada a partir de suas características épico-narrativas e como um retrato etiológico e teleológico dos projetos de construção de uma cultura própria num espaço nacional ³. Este processo cria, no caso da literatura, uma esfera de ações específicas no espaço acadêmico que fortalece a perspectiva da literatura como fonte de representação da cultura nacional. Nesta esfera, o romance se fortalece como um dos pilares principais da criação literária. O século XVIII, portanto, vê o nascimento do romance e da história moderna e da historiografia literária, cada uma almejando construir seus espaços e seus objetivos distintos nas esferas de produção do saber e da cultura.

O século XIX, como sugerido acima, foi o momento mais alto da confiança no benefício do desenvolvimento histórico. Contudo, iniciou-se paralelamente uma incerteza sobre a qualidade da cultura moderna que se aprofundará posteriormente. Vozes nesse século começaram a questionar as noções de racionalidade científica e de progresso técnico, até então concebidas como valores imprescindíveis para a sociedade daquela época. Essas vozes incluíam não apenas pensadores com uma certa nostalgia do mundo pré-industrial e pré-moderno, mas também aqueles que queriam ir além disso. Esses últimos se afastavam da postura iluminista que acreditava que os seus preceitos

³ a obra *Histoire de la Littérature Française* (Lanson, 1894) é tradicionalmente considerada como um dos maiores marcos desta proposta literária.

livrariam o homem da subordinação, da violência e dos descaminhos da idade média. O que preocupava esses pensadores (entre eles Kierkegaard, Nietzsche, Burckhardt, Dostoiévsky e Baudelaire) era a vulgarização de certos valores através do processo de massificação e através do declínio de uma idéia de heroísmo. *Grosso modo*, eles acreditavam que a radicalização de um processo de racionalização baseada numa instrumentalização tecnológica capitalista crescente destruiria os elementos míticos e a poesia que nutria o significado da vida e que deixaria o ser humano despossuído dos elementos cruciais para entender a sua própria existência. Nesse processo crítico, várias idéias centrais da concepção tradicional de história perderam sua credibilidade, graças ao fortalecimento de outras tendências do pensamento e das ciências humanas. Entre elas, em especial, o desenvolvimento do método fenomenológico e o progressivo abandono de teorias e designações genéricas e totalizantes, e ainda o desenvolvimento da lingüística moderna, em especial a contribuição do estruturalismo lingüístico e das teses fundamentais de Ferdinand Saussure. Graças a estas tendências, que geraram um sentimento de perda da certeza das normas basilares de um discurso científico unitário, cresce um interesse em extrapolar a ruptura clássica entre os discursos sobre o homem e a sociedade. À medida que deixa de ter sentido uma teoria geral de interpretação dos fenômenos sociais, apoiada em idéias e imagens legitimadoras do presente e antecipatórias do futuro (o progresso, o homem, a civilização), ocorre uma segmentação das ciências humanas e um movimento paralelo de associação multidisciplinar em busca de saídas dos limites herméticos até então impostos. Assim, novos objetos, problemas e sentidos surgem, todos marcados por uma complexidade teórica, uma ótica interdisciplinar e comparativista.

No âmbito da história da literatura, este novo quadro de referências fomentou o surgimento de correntes que buscavam o divórcio imediato das

posturas historicistas. Se a história da literatura até então focalizava a literatura apenas como reflexo de condicionamentos político-sociais, e os textos literários seriam “analisáveis” como efeitos de causas contextuais, correntes como a estilística francesa e alemã, o formalismo e a nova crítica anglófona vislumbraram a análise da especificidade do tecido literário, da natureza da sua tessitura, e da sua trama lingüística como sendo o caminho ideal para compreensão da obra literária. Estas posturas reforçaram a tendência já sentida no fim do século XIX de se fundamentar uma disciplina que tratasse realmente da literatura em si. A teoria da literatura assume este papel e afasta-se do horizonte da busca de condicionamentos e causas da história na literatura ⁴.

A história da literatura sofre então o enfraquecimento de seus pilares fundamentais. A sua condição como ciência sente o revés do descrédito das concepções epistemológicas do historicismo, o que contribui também para o seu enfraquecimento como instituição, já que se acreditava na derrocada do projeto burguês de consagração de uma orientação hermética, homogênea e normativa para as sociedades. Além disso, a história da literatura entendida como um gênero épico-narrativo era considerada ultrapassada, pois sua estrutura narrativa não se abria às experimentações semelhantes àquelas que eram realizadas nos romances – seus “parentes” mais próximos no campo dos discursos – ao longo de sua gênese no final do século XIX e que se tornaram um objetivo comum em todo o século XX.

Posteriormente, neste mesmo século XX, a postura tradicional da história da literatura sente a força do desenvolvimento dos estudos da linguagem e a

⁴ Sobre este assunto, vale verificar o texto Teoria da Literatura e Ensino da Literatura: o caso brasileiro (LEITE, 1983) (LEITE. L. C. M. A Invasão da Catedral: literatura e ensino em debate. Porto Alegre; Mercado Aberto, 1983) no qual a autora faz um histórico sobre a constituição da disciplina no Brasil)

ascensão desta última como fundamento para todas as atividades humanas. A principal consequência deste novo horizonte é o enfraquecimento do “fato” como elemento objetivo da realidade, em contraste com a idéia de que todos os elementos interacionais constituídos pela e na linguagem são apenas construções lingüísticas, e como tais, são ferramentas do discurso e não referências diretas a uma realidade externa. Os elementos sob os quais eram erigidas a confiança e a “cientificidade” do discurso da história da literatura – as condições sociais e políticas, a biografia dos autores, os condicionantes políticos, por exemplo – passam a ser considerados apenas parte do discurso, portanto arbitrários e contingentes, assim como os objetos do seu estudo.

Uma outra e não menos importante consequência foi o fim do descrédito visceral num anti-historicismo a partir do fim da segunda Grande Guerra. O revigoramento do fato histórico questiona a visão de que apenas a especificidade do artefato lingüístico seria o fator que determinaria o estatuto de literário a um discurso. Os estudos literários, então, questionaram os cânones e ampliaram seu leque de estudos para produtos culturais e discursos antes desconsiderados no âmbito desta disciplina.

Mas não foi apenas a história da literatura que sofreu mudanças. A história como disciplina autônoma também viu seus alicerces serem abalados por novas configurações epistemológicas. Estas novas configurações levaram os historiadores a buscarem outras estratégias de reconhecimento das suas “fronteiras disciplinares” e de suas ações específicas através do diálogo com outras disciplinas. Kramer⁵ (1992: 131), por exemplo, sugere que “grande parte da renovação intelectual entre os historiadores modernos resultou de sua

⁵ Professor do departamento de história da University of North Carolina at Chapel Hill, Estados Unidos.

disposição a recorrer a outras disciplinas acadêmicas em busca de *insights* teóricos metodológicos”.

Em busca de uma fuga da “tradição rankeana”, algumas correntes da história e da historiografia interessaram-se por várias esferas da atividade humana, utilizando os conhecimentos de áreas diversas para oxigenar suas premissas metodológicas e epistemológicas. Esta postura é normalmente ligada a um grupo de historiadores que circulava em torno da revista *Annales d'histoire économique et sociale* (posteriormente renomeada para *Annales. Economies, sociétés, civilisations*, é que em 1994 passa a ser conhecida como *Annales. Histoire, Sciences Sociales*). Fundada e editada na universidade de Strasburg pelos historiógrafos franceses Lucien Febvre e Marc Bloch em 1929 ⁶, a revista se tornou o grande veículo de uma abordagem historiográfica que combinava metodologias das ciências sociais (em especial as abordagens sociológicas do *Annee Sociologique*, cujos membros, também de Strasbourg, contribuíram para a construção desta perspectiva) e questionava a primazia do foco nos acontecimentos políticos como fundamento para a produção historiográfica.

Nos anos 70 e 80, a reação sugerida pelos *Annales* torna-se um clamor mundial (Burke, 1992, p.16) e vários estudiosos tematizaram e propuseram uma historiografia nova, especialmente no cenário francês. Assim sendo, os discursos sobre a arte e a literatura, por exemplo, que eram marginalizados pelo *main stream* historiográfico, assim como outras esferas da atividade humana, despertaram o interesse dos historiógrafos, postura essa que se convencionou chamar de “história total”. Surgem então as histórias da infância, da morte, da

⁶ Bloch faleceu durante a Segunda Guerra Mundial. Febvre manteve a revista durante quase duas décadas até que seu discípulo, Fernand Braudel, assumiu a direção da revista e imprimiu o que muitos sugerem como a segunda era dos *Annales* a partir dos anos 70.

loucura e dos odores, por exemplo. Uma outra questão levantada pela nova história é a relevância da análise das estruturas sociais em contraste com uma preocupação com uma narrativa dos acontecimentos. Fernand Braudel, por exemplo, rejeita a *histoire événementielle* e afirma que o que mais importa são as mudanças sociais e econômicas como eventos de longa duração. Do mesmo modo, constata-se que as pessoas comuns e as suas experiências no plano social haviam sido esquecidas em nome de uma *histoire vue um haut* (história vista do alto). O resultado é um desvio da atenção dos grandes fatos e dos grandes personagens da história para uma história das mentalidades ou uma história dos discursos. Sendo assim, a posição destes historiadores, frente as suas fontes, muda radicalmente. Eles questionam a supremacia dos documentos oficiais e procuram por complementos onde as vozes menores possam ser ouvidas. Uma outra característica das propostas dessa nova história é a de refutar o ideal objetivista, que foi substituído pela opinião de que não se pode abandonar o relativismo cultural. Para estes historiadores, a percepção de um dado histórico só se evidencia como percepção se realçada por um contraste de pontos de vista opostos, num movimento de escuta não da voz da História (capitalizada), mas para a percepção das múltiplas vozes na história (heteroglossia) ⁷.

⁷ Apesar de haver uma convergência maior no período acima mencionado, muitas das mudanças apregoadas por este grupo já haviam sido colocadas como questões relevantes por uma série de historiadores. Karl Lamprecht, em 1900, tornou-se impopular na Alemanha por questionar as mesmas idéias, assim como o americano James Harvey Robson que escreveu em 1912 no seu livro *The New History* que a história deve incluir todos os traços e “vestígios” da passagem do homem pela terra. A própria expressão *histoire événementielle* foi cunhada por estudiosos franceses que se concentravam em torno do sociólogo Emile Durkheim e sua revista *Anna Sociologique*. O que é novo neste momento é a organização de um número grande de profissionais em torno deste projeto e a sua recusa em se manter a margem da produção historiográfica. Sobre este assunto, ver Burke 1992, p.17.

Essa renovação da história e da historiografia motivou uma série de reflexões sobre modelos de explicação da história e sobre a maneira na qual elas se tornavam acessíveis. A dilatação das possibilidades temáticas do historiador em direção a uma “história total”, somada a crescente preocupação com os fundamentos epistemológicos das condições da produção do saber histórico e historiográfico, se manifestou, por exemplo, nos trabalhos produzidos na época, com destaque para os três volumes da obra *Faire de l'histoire* organizados por Jacques LeGoff e Pierre Nora (1974), dedicados a descrever o projeto de uma nova história a partir da releitura de seus problemas, abordagens e objetos.

A história da literatura caminha na mesma direção em busca de novos subsídios e de novas estratégias de construção das suas bases. A primeira grande guinada foi sugerida pelo formalismo, cuja idéia de desautomatização de formas lingüísticas fundamentou um novo conceito de historicidade literária a partir de idéia de evolução baseada na substituição de sistemas⁸.

⁸ Tynianov e Jakobson apresentaram estas questões em 1928 (Tynianov, I.; Jakobson, R. 1966). Eles sugeriram, grosso modo, que a ciência da literatura precisava de uma base teórica e uma terminologia que revelasse sua especificidade frente às ciências humanas e que, neste processo, suas leis internas fossem estabelecidas. Desta forma, o contato interdisciplinar da literatura com outras áreas do saber seria uma via de mão dupla, já que os princípios fundamentais da ciência literária já estariam estabelecidos, proporcionando um real diálogo. Além disso, eles propunham que a literatura fosse vista como um sistema e que todos os elementos, literários ou não, deveriam ser estudadas a partir da sua funcionalidade. Ao mesmo tempo, a distinção entre sincronia e diacronia era uma ferramenta útil para o estudo da literatura como linguagem, pois revelaria, segundo os autores, estágios de desenvolvimento dos sistemas literários. Era preciso, porém, compreender essa história também como um sistema, que possui o seu próprio passado e seu próprio presente. Isso significa, portanto, afirmar que tal distinção não deveria ser preservada e nem valorizada além da sua utilidade sistêmica. Além disso, um sistema sincrônico não seria uma mera coleção de fenômenos contemporâneos catalogados. A idéia de sistema sugeriria, para estes autores, uma prática hierárquica de organização que, balizada pelo desenvolvimento de uma distinção entre *langue* e *parole* no âmbito da literatura, poderia revelar os princípios subjacentes da produção lingüística individual e de um complexo de normas estabelecidas. Assim sendo, a análise de leis da literatura levaria a uma coleção reduzida de estruturas e leis de evolução que governam estas estruturas e que, entendidas como leis imanentes, possibilitam a descrição de uma evolução da produção literária no espaço das suas fronteiras.

No fim dos anos 60, uma corrente de estudos, que se tornou conhecida como estética da recepção e do efeito, propôs uma outra direção ao restaurar a dimensão histórica da literatura, mediante o foco numa instância que teria sido negligenciada até o momento: o público leitor. O livro que representou com mais vigor esta postura e provocou um significativo desequilíbrio dos alicerces dos discursos da historiografia e da literatura foi o *Literaturgeschichte als Provokation der Literaturwissenschaft* (história da literatura como provocação a teoria literária) de Hans Robert Jauss (1994). Segundo Olinto (2001) um dos grandes méritos desta coletânea é desconstruir

(...) a confiança em propostas explicativas clássicas de uma história universalista, totalizante como encadeamento cumulativo unilinear de gerais e batalhas na história política, e tê-la transferido para a história literária, como repertório de obras e autores enfileirados cronologicamente em uma utopia progressista pela articulação de estilos e épocas homogêneas”.

Ainda segundo a autora, esta perspectiva aponta a substituição de uma historiografia baseada em “modelos fundados sobre o singular coletivo "literatura" e sobre o singular coletivo "história" por perspectivas que localizam o fenômeno literário inserido numa estrutura comunicativa (Olinto, 2001).

Nesta coletânea, Jauss afirma que nem a teoria literária marxista (que procurava demonstrar o sentido da literatura como retrato da realidade social), nem a escola formalista (que compreendia a literatura como uma sucessão de sistemas estético-formais sem relação com o processo geral da história) reconhece o verdadeiro papel do leitor. Jauss sugere, então, que a história da literatura passe a levar em consideração as instâncias da recepção do texto literário, já que o entendimento de uma obra e sua permanência através do tempo são funções do leitor e não de características imanentes do texto literário

e, portanto, são referências comunicacionais com sentido para uma época e para um grupo social. Superando a clássica separação entre história da literatura e estética, Jauss entende a literatura em função da atuação do público sobre essa obra e, assim colocada, concebe o texto como objeto histórico que só faz sentido num determinado espaço de recepções.

A reorientação da produção das histórias literárias a partir da figura do leitor e de como a recepção da obra se articula no contexto espaço-temporal dirige a atenção para os pressupostos da escrita de histórias de literatura. A história literária passa a ser pensada como um processo de transformação e de caráter mais aberto, no qual a dinâmica descontínua e não teleológica do sistema literário e cultural, em suas múltiplas temporalidades, seja levada em consideração. Posteriormente, no fim da década de 80, o interesse na esfera do agir do leitor e os aspectos da recepção tornam-se mais acentuado e as questões pertinentes à configuração social destas esferas ganham força. Naquela época, surge uma série de projetos que apostam na diversidade, na complexidade e na contradição em oposição a perspectivas globais e homogeneizantes. Elas apontam para uma dinâmica da reflexão sobre as formas de se escrever histórias de literatura e levam em consideração a relatividade e a construtividade dos conceitos que determinam suas estruturas e seus alicerces epistemológicos. Todos estes elementos sugerem uma sociedade plural, um espaço de construções de sentidos múltiplos e que se baseia num relativismo das suas estruturas principais. O resultado de uma produção historiográfica neste universo seria uma descrição histórica também múltipla.

O século XX termina com um grande movimento na cartografia dos modos de escritura da história, tanto nos seus focos como nas suas orientações metodológicas. Da *microstoria* italiana de Ginzburg, Giovanni Levi e Carlo Prati

a *Alltagsgeschichte* alemã, passando pela egohistória, pela proposta de Edward Palmer Thompson e seu marxismo culturalista, até a história sociocultural das práticas e das representações sugeridas por Roger Chartier, as propostas são numerosas e sugerem várias orientações. A sua pluralidade indica o constate processo reflexivo dos historiadores frente às questões sobre o passado. Contudo, uma certa tendência em torno de duas orientações epistemológicas parece dominar o conjunto das produções históricas. Estas duas posturas consideradas alternativas, mas que, segundo, Dosse (2003), podem ser pensadas como complementares, não representam duas “correntes do pensamento historiográfico” no sentido amplo da locução, já que não se eliminam imediatamente como pólos opostos identitários. De um lado estão pesquisadores que apostam na história como uma escritura subjetiva, como prática ligada à tradição da literatura e, de outro, pesquisadores que insistem sobre a noção de prova, sobre o caráter precário, falsificável, da asserção histórica em função das fontes documentárias e, portanto, sobre seu caráter de saber objetivado. A perda hegemônica de uma grande voz que pautava a produção historiográfica como foi a dos *Annales* favorece esta tendência bipolar e fomenta a pluralidade de métodos e pesquisas que necessariamente não se anulam. Segundo Dosse (2003, p. 306), este quadro representa

o questionamento das ciências humanas sobre o enigma não resolvido da natureza do “estar junto”, do vínculo social, negligenciado pelas ideologias reducionistas e pelas concepções filosófico-políticas baseadas no utilitarismo.

2.2 Espelhos: reflexões e os seus reflexos

Como visto acima, o debate sobre a produção de histórias (e de histórias da literatura) gira em torno de um número de problemas básicos que gostaria de focalizar agora. O primeiro deles seria a caracterização de conceitos indispensáveis, tais como os conceitos de “história”, “literatura”, “história da literatura” e “estudo da literatura”. Todas as ações ligadas aos processos de organização da estrutura de uma historiografia literária, por exemplo, são diretamente dependentes da articulação destes conceitos. Assim como nos exemplos dos projetos acima, um conceito de “literatura” produzirá um tipo específico de história da literatura de acordo com seus preceitos e orientações. O mesmo acontece com o conceito de “história” que orienta uma produção. Segundo Siegfried Schmidt ⁹,

(...) modelos diferentes de histórias como, por exemplo, uma cadeia de acontecimentos que obedecem a certas tendências evolutivas (veja a tradição marxista), como uma diferenciação evolutiva dos sistemas e subsistemas sociais (no sentido de N. Luhmann) ou campo de histórias mais ou menos parciais, contingentes, sem quaisquer leis abrangentes (como, por exemplo, clama-na os estruturalistas), delineiam bem diversamente a moldura, as intenções e legitimações da escrita de histórias literárias (Schmidt, 1996, p.103).

Um problema essencial nesta questão é o fim da certeza na existência de dados objetivos, registrados de forma empírica que combinados revelariam uma imagem “verdadeira do passado”. No que tange a literatura, os dados tradicionalmente utilizados pelos historiadores – os textos literários – são sempre elementos interpretados e avaliados num contexto específico. Também perceberam que "eventos", "fatos" ou "atividades" não-verbais são sempre e necessariamente considerados como "eventos", "fatos" ou "atividades" à luz de

⁹ Siegfried J. Schmidt, pesquisador alemão, desenvolveu a Ciência Empírica da Literatura no início dos anos 80. Estudou filosofia, lingüística, história e história da arte nas universidades de Freiburg, Göttingen e Münster. Iniciou sua carreira como professor assistente no seminário de Filosofia da Universidade Técnica de Karlsruhe e foi professor das universidades de Bielefeld e Siegen. Seus trabalhos abrangem a esfera da teoria da ciência, da filosofia, da lingüística e da literatura. Foi fundador do *Institut für Empirische Literatur und Medienforschung* (Instituto para Estudos empíricos da Mídia e literatura, LUMIS). Atualmente preocupa-se com as esferas midiáticas da sociedade, atuando na universidade de Münster.

molduras, determinadas por seres bio-psicosociais em uma comunidade. Um outro aspecto problemático da escrita de histórias literárias é a produção de relações, conexões e transições, isto é, a organização dos dados, unidades reconhecidas como padrões de coerência no discurso do passado, tais como períodos, épocas, gêneros e assim por diante. Segundo Schmidt

Discussões recentes sobre a escrita de histórias da literatura provam que historiadores (literários) perceberam que a construção de tais unidades de nível mais elevado dependem basicamente dos conceitos pressupostos dominantes de "literatura", "história" e de conceitos escolhidos para mediar entre "literatura" e "sociedade" como, por exemplo, os conceitos de causalidade, teleologia, teleonomia, inovação, mudança, continuidade e descontinuidade, influência, contigüidade, efeito, estrutura e evolução. (Schmidt, 1996, p.104).

O autor aponta como uma crença já corrente nos estudos históricos que a história literária é muito mais o sentido das relações que se convencionou dar a esta organização estrutural do que um sentido recíproco entre o dado histórico e os acontecimentos empíricos em si. O problema central da escrita de histórias literárias consiste na criação de *transições* de um texto literário para outro (Schmidt, 1996, p.104). Portanto, os historiadores (literários) impõem certas estruturas, ordens, regimes e outras coisas semelhantes aos itens cognitivos, os quais consideram como dados ou testemunhos de acontecimentos históricos.

A história se organiza, então, como uma construção baseada num princípio de retrospectividade que sugere perspectivas infinitamente novas.

O fazer historiográfico se relaciona, portanto, a um processo de auto-reflexão sobre seus próprios fundamentos na sociedade, especialmente pela razão do discurso histórico se tornar relevante apenas quando um grupo social alcança um estágio no qual a tematização da sua própria constituição é

percebida como sendo importante¹⁰. Além disso, tradicionais questões sobre a organização estrutural das histórias da literatura se pautam a partir destas idéias, como por exemplo, se as histórias literárias deverão ser orientadas sobre textos literários ou sobre autores, tópicos, gêneros, aspectos geográficos, conceitos da história das idéias, etc, ou ainda questões sobre os motivos para se falar em “mudança” em literatura e a incerteza (ou a necessidade) de sermos capazes de encontrar princípios teleológicos ou mesmo leis de evolução na história da literatura.

Em suma, a necessidade interpretativista da história da literatura instaura questões sobre a natureza dos processos de mudança identificados na literatura, suas razões e seus caminhos (Schmidt, 1996). Estes princípios estão diretamente relacionados às posturas metodológicas e epistemológicas.

Uma delas é a percepção de que a produção de relações se liga diretamente à escolha da forma de apresentação usada em uma história literária. A narração, a colagem ou a montagem como princípios de representação, ou ainda as técnicas literárias como desenvolvidas pela literatura de vanguarda são escolhas que orientam e podem sugerir experiências relacionais diversas (não somente estas escolhas isoladamente, mas em conjunto com pressupostos epistemológicos e metodológicos que indiquem estruturas organizacionais específicas). Uma outra postura seria a que implica a escolha dos "materiais" que se pretende apresentar. Quais seriam as obras, as referências e os outros elementos que o historiador deve utilizar para construir sua história da literatura é uma questão freqüente.

¹⁰ As questões básicas neste contexto são as diferenças sobre como os textos literários (ou eventos literários) podem ser relacionados (encadeados, segmentados, ligados, inter-relacionados, etc.) para a construção de estruturas tais como períodos ou épocas, ou ainda se este tipo de divisão tem sentido ou não, revelando o processo auto-reflexivo aludido acima.

Atualmente, estas preocupações têm gerado uma série de observações que tendem a orientar as recentes produções. A mais importante delas talvez seja a percepção de que toda história literária prossegue de maneira seletiva e que toda seleção é normativa, assim como a “estrutura” narrativa (como qualquer princípio de concatenação de dados) ocasiona uma ordem ou unidade dominada esteticamente e que depende exclusivamente da atividade construtiva do historiador, de seus interesses, pressuposições, valores, competências e assim por diante. Coerência, unidade, verdade, sentido histórico, etc. fazem parte do modelo de história do historiador e não são traços inerentes à própria história. No processo de construção de uma história literária estes pressupostos devem fazer parte das preocupações do historiador, à medida que eles já estão implicados nas suas decisões e atividades de operação histórica. Schmidt, sobre estas escolhas, questiona

Se o historiador literário abandonar a idéia de construir uma cadeia narrativa plausível de acontecimentos e produzir histórias discordantes (locais ou regionais) que são apresentadas em forma de montagem ou colagem, como, por exemplo, sugere K. R. Scherpe (1983, p. 84), como podem se juntar os diferentes fios de histórias e como pode o historiador evitar o horror da arbitrariedade? Como pode ele escapar da acusação de relativismo? (Schmidt, 1996, p.107).

Esta pergunta sugere a intensa preocupação dos historiadores em encontrar parâmetros científicos para a escrita de histórias já anteriormente apresentada, que remonta inclusive às duras críticas sobre a possibilidade de se ensinar literatura e da possibilidade de se entender a historiografia literária como uma disciplina acadêmica. Um outro problema a ser abordado é quantidade de dimensões da sociedade que o historiador terá de examinar se objetivar construir uma história da literatura centrada na idéia de apresentação ou representação

do “contexto” social¹¹, principalmente se esse projeto almeja demonstrar a relação entre a “evolução” da literatura relacionando-a a “evolução” da sociedade. Este tipo de proposta se configura como uma prática constante que está presente em vários modos de mediação. Nestas propostas, é ainda problemático entender o conceito de “evolução” que implica uma perspectiva positivista de progresso e superação.

Estas últimas questões apontam também para o estatuto do “texto” e do “leitor”, assim como o resultado do contato entre eles (que será um “sentido”), como noções essenciais na realização das experiências estéticas cujos conceitos de historicidade, de expectativas e de normas, etc, são elementos para as histórias da literatura.

A legitimação de uma história literária também é uma das mais debatidas questões relacionadas à construção de histórias da literatura. No horizonte das propostas debatidas pelos estudiosos, a interdependência de argumentos legitimatórios e conceitos pressupostos como “história”, “ciência” e a “função da literatura” é clara. Segundo Schmidt

¹¹ Sobre esta questão, Schmidt sugere que a noção de contexto apresenta um problema de ordem substancialista, já que a argumentação textual, pensada como uma parte da realidade externa é sempre arbitrária e indica uma seleção de elementos que o compõe e não uma representação da realidade. Schmidt sugere, baseado em Muller (1984), que a argumentação contextual oferece incertezas argumentativas graças a sua natureza aberta. Schmidt aponta neste comentário a distinção entre um conceito metafísico de contexto e um conceito cognitivo de contexto. O primeiro objetiva oferecer as ferramentas necessárias para se avaliar uma experiência comunicativa (ver Kaplan, 1978, 1989 e Gauker 1998 para maiores detalhes), enquanto o segundo corresponde a uma operação de construção de um ponto de vista sobre uma situação, ou uma teoria sob a qual uma situação pode ser considerada ou descrita (McCarthy 1993, Giunchiglia 1993). Esta última, por exemplo, capacita o indivíduo a distinguir o significado diferente entre uma fórmula matemática ou lógica, por exemplo, dependendo da teoria na qual a fórmula é usada. Pensado a partir de uma perspectiva construtivista (que será apresentada posteriormente neste trabalho), a noção de conceito ganha outra dimensão e se distancia desta divisão considerada problemática.

Os estudiosos que consideram o passado como pré-histórias de seu próprio presente tendem a legitimar história literária como a investigação ou a indagação de nós mesmos no passado. Ao passo que historiadores como Foucault, que consideram história como algo "totalmente diferente" legitimam história literária como parte de uma arqueologia ou uma historiografia genealógica, desmascarando a genealogia da coesão poder-conhecimento. Estudiosos, como H. U. Gumbrecht, que interpretam literatura como um meio autônomo de conhecimento histórico, concebem história literária como a história das mentalidades. Os historiadores sociais consideram obras literárias como respostas a perguntas históricas. Conseqüentemente, compreendem história literária como a revelação das relações complexas entre a literatura e a sociedade que são capazes de fornecer saídas para resolver problemas atuais (Schmidt, 1996, p.110-11).

Nesse processo de legitimação, o papel de uma atividade interpretativista se destaca como mais um dos problemas, já que este tipo de atividade é considerada como inerente à organização de histórias da literatura.

Segundo Schmidt, todos esses problemas poderiam ser reconstituídos a partir do princípio de construtividade dos conceitos e teorias (implicando primeiramente em modelos epistemológicos de "realidade", "história" e "construtividade"). Na proposta que apresento, tais problemas se reduzem ou praticamente perdem sua importância como questões fundamentais, à medida que eles se relacionam a um enquadre construtivista e *bio-sócio-histórico*.

Gostaria, então, de apresentar, no próximo capítulo, uma direção nos estudos literários que se preocupam em fornecer definições explícitas sobre seus conceitos fundamentais a partir dessa orientação construtivista, no intuito de redimensionar os problemas acima apontados e de preparar as bases teóricas, metateóricas e epistemológicas da minha proposta.